

ANEXOS

Anexo 1

Decreto-Lei n.º441/91, de 14 de Novembro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º26/94, de 1 de Fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º133/99, de 21 de Abril – contém os princípios que visam promover a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

Decreto-Lei n.º41821 – Regulamento de Segurança no Trabalho da Construção Civil.

Decreto-Lei n.º155/95, de 1 de Julho – estabelece as prescrições mínimas de segurança e saúde no trabalho a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis.

Decreto-Lei n.º273/2003 – procede à revisão da regulamentação das condições de segurança e de saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis.

Decreto-Lei n.º109/2000, de 30 de Junho – regime de organização e funcionamento das actividades de segurança, higiene e saúde no trabalho.

Lei n.º118/99, de 11 de Agosto – desenvolve e concretiza o regime geral das contra-ordenações laborais, através da tipificação e classificação das contra-ordenações correspondentes à violação dos diplomas reguladores do regime geral dos contratos de trabalho.

Lei n.º 7/95, de 29 de Março – estabelece o regime de organização e funcionamento dos serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho.

Decreto-Lei n.º141/95, de 14 de Junho – transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º92/58/CEE, do Conselho, relativa às prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho.

Decreto Regulamentar n.º33/88, de 12 de Setembro – Regulamento de sinalização de carácter temporário de obras e obstáculos na via pública.

Portaria n.º987/93, de 6 de Outubro e a Portaria n.º1456-A/95, de 11 de Dezembro – regulamentam as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e de saúde no trabalho

Decreto-Lei n.º113/93, de 10 de Abril – define os procedimentos a adoptar com vista a garantir que os materiais de construção se revelem adequados ao fim a que se destinam, de modo que os empreendimentos em que venham a ser aplicados satisfaçam as exigências técnicas essenciais.

Decreto-Lei n.º105/91, de 8 de Março – transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º84/532/CEE, do Conselho, de 17 de Setembro de 1984, relativa à harmonização das legislações dos Estados membros quanto a materiais e máquinas de estaleiro.

Portaria n.º988/93, de 6 de Outubro e a Portaria n.º101/96, de 3 de Abril – regulamentam as prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais e postos de trabalho dos estaleiros temporários ou móveis.

Decreto-Lei n.º349/93, de 1 de Outubro – transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º90/270/CEE, do Conselho, de 29 de Maio, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde respeitantes ao trabalho com equipamentos dotados de visor.

Portaria n.º1131/93, de 4 de Novembro com as alterações da Portaria n.º109/96, de 10 de Abril – transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva 89/686/CEE, de 21 de Dezembro de 1989, a regulamentação técnica aos equipamentos de protecção individual (EPI).

Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro – acidentes de trabalho e doenças profissionais

Lei n.º99/2003, de 27 de Agosto – Aprova o Código de Trabalho

Lei n.º35/2004, de 29 de Julho – Regulamenta a Lei n.º99/2003, de 27 de Agosto, que aprovou o Código do Trabalho

Anexo 2

Guião de entrevista

Anexo 3

Entrevistas realizadas às chefias das três empresas em estudo: Aurélios Sobreiros Lda, Festa & Festa e Alberto Rites Lda.

Anexo 4

Inquérito

Anexo 5

Quadros: análise da relação entre as variáveis (profissão e idade)

ANEXO 5